

Reação na Câmara adia o “pacote”

A falta de quórum e os protestos de parlamentares de diversos partidos, principalmente de não integrantes do PFL e PMDB, impediram ontem na Câmara dos Deputados a votação de um requerimento de urgência que proporcionaria a colocação na ordem do dia dos três projetos de lei que compõem o pacote econômico do governo. Muitos parlamentares já tinham deixado Brasília e viajado para seus Estados, a Mesa da Câmara decidiu não convocar sessão extraordinária para a parte da tarde e o final de semana e assim o pacote não foi votado, restando apenas três dias para votação, pois o recesso do Congresso começa em 5 de dezembro.

O líder do governo, deputado Pimenta da Veiga, disse acreditar que o Legislativo aprove o pacote até o dia 4, mas se isso não acontecer admitiu a hipótese de o presidente Sarney baixar as medidas por decreto-lei, em razão do seu “grande alcance social”.

Poderão surgir obstáculos inesperados à aprovação do pacote. O deputado Amaral

Neto, do PDS, já prometeu formar um bloco de 30 parlamentares para obstruir a votação e forçar a convocação extraordinária no recesso. Na próxima quarta-feira, dia 4, o CMN também deverá se reunir extraordinariamente para tomar algumas decisões relacionadas com o pacote.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, é contrário à convocação extraordinária e já tem uma viagem marcada para a China, dia 6, onde permanecerá 20 dias. Para o presidente do Movimento de Defesa do Contribuinte, Guilherme Afif Domingos, o presidente José Sarney “foi iludido e precisa saber disso”. Afif, que segunda-feira estará em Brasília para tentar alertar Sarney e os congressistas, disse que ao contrário do “propagandeado”, o pacote penalizará os trabalhadores. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen afirmou, por sua vez, que o pacote produzirá “aperto” e que os contribuintes individuais terão uma surpresa desagradável em 1987. Na sua opinião, muitos assalariados que hoje recebem devolução serão penalizados.



Foto Alencar Monteiro-Telefoto Estado

Em meio a muitos protestos e discussões, a Câmara acabou não votando o plano de Sarney